

TODA PEDAGOGIA É SOCIAL?

Arthur Vianna Ferreira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Doutor em Educação: Psicologia da Educação pela PUC-SP. Professor adjunto do departamento de Educação da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ/ FFP. Coordenador-Pesquisador do Projeto de Extensão, Estudos e Pesquisas “*Fora da Sala de Aula*” – UERJ/FFP. Coordenador do PIBIC – SR2/UERJ “*Formações, Representações e Práticas educativas em espaços educacionais não escolares em São Gonçalo.*” Emails: arthuruerjffp@gmail.com; arthur.ferreira@uerj.br.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo geral apresentar um breve histórico da pedagogia social e os principais conceitos da Pedagogia da Convivência de Xésus Jares (2008) como uma das formas de construir o campo pedagógico de reflexão e prática da pedagogia social no Brasil. A organização dos principais elementos que constituem a Pedagogia Social, como campo teórico da educação, legitima essa teoria como espaço privilegiado para a reflexão das práticas socioeducativas dos educadores sociais contemporâneos. A articulação entre a pedagogia da convivência e os elementos da Pedagogia Social construídos historicamente pelos diversos autores da educação, se configura como o local privilegiado tanto para novas práticas pedagógicas na sociedade atual como inspiração para os educadores sociais criem suas próprias ‘pedagogias’ que atendam as necessidades dos sujeitos empobrecidos. Enfim, a reflexão presente nesse artigo reconhece que o objetivo da Pedagogia Social não é colocar em dúvida que o caráter social da pedagogia tradicional, mas provocar o questionamento constante de quanto as nossas práticas pedagógicas atendem verdadeiramente o ‘social’ demandado pelos grupos em vulnerabilidade social. Para essa finalidade, a pedagogia da convivência é uma das possibilidades de organização de práticas socioeducativas a serem construídas nos espaços não escolares da sociedade fluminense.

PALAVRAS CHAVES: Pedagogia Social. Pedagogia da Convivência. Práticas socioeducativas.

Introduzindo a temática: Cabe nos questionar se a Pedagogia é ou não social?

Toda a pedagogia é social. Isso é uma afirmação irrefragável. Essa certeza é a garantia de que o trabalho pedagógico não se limita aos espaços escolares formais e curriculares. A ação educativa aparece presente em todos os espaços relacionais da nossa sociedade. O que antigamente chamávamos de espaços não formais ou informais passam agora a serem chamados de “espaços não escolares” (SILVA, 2009) na tentativa de valorizar esses conhecimentos produzidos pelas outras instâncias sociais e individuais que possuem uma forma, uma intencionalidade. E que muitas vezes são considerados pela própria sociedade como menores ou menos importantes em relação aos conteúdos oficiais (im) postos pelos sistemas de ensino no País. (idem, p. 27)

Como profissionais da educação, buscamos reconhecer a importância crucial dessas distintas formas de produzir e organizar o conhecimento adquirido nas relações estabelecidas entre os indivíduos e os diversos grupos sociais em que ele pertence. E a partir deles, procuramos estabelecer as bases para a construção de todo e qualquer conhecimento instituídos como obrigatórios ou formais pelas instituições escolares públicas e privadas.

A ação educativa não escolar geralmente é aquela que é feita pela escolha livre ou pelas necessidades dos indivíduos e de seus grupos sociais para uma convivência que produza sentido no tempo-espaço histórico. Para além do “formal”, esses espaços de ensino-aprendizagem espontâneos produzem sentidos e significados àqueles que os organizam cotidianamente. E, se considerarmos a facilidade que os sujeitos sociais possuem em manipular os veículos de comunicação, a seleção dos conteúdos, saberes, experiências, representações e práticas sociais, não pode fugir aos olhos das políticas e planos organizadores da educação nacional. Em verdade, somente faz sentido o que é sentido pelos indivíduos e suas repercussões no contexto social.

É sobre essas realidades que transitam nas relações entre social e educacional que se debruça o campo teórico da Pedagogia Social. Discutir o alcance social da pedagogia não é o problema central dos que se dedicam a essa teoria. O importante é se questionar como a realidade social – concreta e

específica – dos grupos e dos indivíduos em conflitos sociais convoca aos profissionais da educação a utilizarem os fundamentos da educação apreendidos na formação docente, inicial e continuada, a dar respostas que promovam a transformação, libertação e emancipação social (Cf. MOURA, 2011). É sobre essa funcionalidade da pedagogia social que fazemos a nossa inflexão inicial.

A pedagogia social em desenvolvimento no Brasil.

Por mais que a Pedagogia venha recebendo – para alguns redundantes – a adjetivação de “social” no início do século XXI, a preocupação trazida por esse campo teórico sobre o social na pedagogia não é algo contemporâneo.

A Pedagogia Social, como um campo teórico a ser aprofundado atualmente, foi organizada na Alemanha do final do Século XIX. Paul Natorp (1854-1924) foi um dos primeiros teóricos da educação a cunhar o termo “*SocialPädagogik*” que se traduz como “Pedagogia Social” utilizado para designar essa teoria. De fato, Natorp utiliza esse termo em um contexto social alemão específico. No início do Século XIX os trabalhadores alemães sofriam com as mudanças sociais e econômicas do país que não garantiam as políticas de bem estar social e as estruturas sociais mínimas para atender as demandas da população operária e suas famílias.

De fato, o olhar de Natorp (cf. OTTO, 2009, p. 31) estava voltado para o processo de escolarização obrigatória realizada pelo governo alemão constituído como um espaço privilegiado de organização social e de trabalho, principalmente para as classes empobrecidas. A pedagogia social ganha contornos de uma pedagogia preocupada em denunciar as estruturas curriculares formais que não atendiam as demandas trazidas por essas populações de trabalhadores alemães do século XIX. Mais do que os conteúdos oficiais organizadas pelo sistema escolar alemão as realidades históricas, sociais e econômicas, exigiam dos educadores novas formas de conhecimento do social que ajudassem os trabalhadores a entenderem os seus direitos e deveres e lutar pela justiça social. É como Fitchner (2009, p.45) nos recorda:

A ideia principal da Pedagogia social do início do século XX era criar uma teoria holística e de grande escala do desenvolvimento humano,

Comentado [s1]: referência

segundo a qual o ser humano deve ser considerado um membro da sociedade e de diferentes tipos de comunidades. Assim, as ideias para se educar por meio da e para a sociedade e comunidades foram desenvolvidas pelos teóricos desse tempo histórico.

Com isso, a Pedagogia Social alemã não rechaça os conteúdos oficiais promulgados pelas instituições escolares, mas tão pouco acredita que somente eles irão garantir as mudanças sociais necessárias para aquele grupo social de trabalhadores alemães do século XIX. É necessário que as estruturas educativas se organizem de outra forma para entender a realidade social vivida pelos seus sujeitos sociais e proponha novas formas de relacionamentos, educativos e sociais, que promovam a emancipação do indivíduo diante do panorama econômico alemão. Dessa forma, a Pedagogia Social foi se organizando primeiramente nos espaços do leste europeu como Finlândia, Noruega e Suécia, que seguiam um desenvolvimento econômico, social e educacional muito parecido com o da Alemanha.

Após a segunda guerra mundial, outros países do continente europeu como Itália, Portugal, Espanha e Inglaterra, deram continuidade a esse campo teórico promovendo novas reflexões diante das situações econômicas e sociais ocasionadas pelo pós-guerra. A pedagogia social se soma ao trabalho educativo formal valorizando aquilo que é organizado e demandado pelos grupos sociais vulneráveis. O formato do sistema escolar, seus conteúdos selecionados por diretrizes curriculares e suas relações de ensino-aprendizagem não eram suficientes para atender as necessidades dos grupos sociais flagelados pelas mazelas e conseqüências de duas guerras mundiais. Os saberes e conhecimentos grupais seriam fundamentais para a construção de novas formas de relacionamentos mais equitativos, social e economicamente, nessas sociedades.

Esse pequeno esboço histórico da constituição do campo teórico Pedagogia Social no continente europeu não significa que essa uma preocupação específica dessas sociedades. Em outros continentes, vários teóricos também refletiram sobre os diversos tipos de educação não formal e informal como parte de um ensino-aprendizagem social ainda que não tenham utilizado o termo "Pedagogia Social" para designar a sistematização sobre essa temática.

Nos países latino americanos, de maneira especial no Brasil, essa preocupação sobre o ambiente escolar como espaço de socialização foi uma temática merecedora de destaque. Embora a constituição das políticas educacionais sempre estivesse voltada mais para a organização do sistema formal, segundo os desejos dos grupos que estavam no poder, a realidade social vivida pelos grupos empobrecidos também foram foco de diversos estudos na área da educação.

O manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932, já trazia grandes pontos de inspiração, que legitimavam o anseio de uma organização escolar que contemplasse de alguma forma atender as demandas dos grupos populares da sociedade brasileira. Os teóricos da educação, como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Fernando Azevedo contribuíram para entender o sistema escolar como uma forma integrada de educar científica e socialmente a população brasileira. Ou seja, mesmo que a escola tenha o currículo regular comum como centro de sua atividade, deveria abrir-se a possibilidade de se organizar de maneira a promover aos estudantes formas mais livres de expressar suas vivências sociais e, conseqüentemente, uma maior liberdade para a promoção da vivência da cidadania e conquista de direitos.

É verdade que nenhum dos teóricos envolvidos com esse Manifesto da Educação de 1932 são considerados – oficialmente – teóricos fundadores de uma Pedagogia Social no país. Porém seus escritos e suas lutas pela educação trazem, em consonância com os autores clássicos desse campo teórico, a abertura para a inclusão de práticas educativas não formais e informais conjugando a utilização dos fundamentos da educação com práticas educativas que inspirem a transformação e emancipação das crianças e jovens frente às realidades de desigualdades sociais e econômicas do início da República Brasileira.

Nessa trilha de reflexão sobre Pedagogia e realidade social no Brasil chegamos a Paulo Freire na segunda metade do século XX no Brasil. As teorias centrais das pedagogias do Oprimido de 1968 e da Autonomia de 1996, assim como as reflexões expressas em livros como Educação como Prática da Liberdade de 1967, Ação Cultural para a liberdade de 1976, Educação e Mudança de 1979 e A Educação na Cidade de 1991 são apenas alguns

exemplos da luta que esse teórico, e seus seguidores, começaram a travar no campo ideológico da educação e os problemas sociológicos existentes no país.

O contato com as camadas populares, os sujeitos em vulnerabilidade social e um sistema escolar que não atendia, basicamente, as necessidades desses sujeitos se tornam o grande expoente da construção de uma nova forma de se pensar a organização da ação educativa no Brasil. A educação popular brasileira, como uma expressão de educação social, ganha força entre os trabalhos dos educadores que, inspirados pela filosofia e o pensamento de Paulo Freire, começam a construir novas formas de ser e estar junto aos grupos populares. A criatividade dos educadores ultrapassa o exigido pelo regime formal do ambiente escolar e as imposições imperiosas de uma ditadura militar do final da década de 1960.

Os ideais de Paulo Freire passam a fazer parte do principal conjunto de ações socioeducativas não somente do Brasil, mas também de outros países da América Latina e da África. Na verdade, o campo teórico da Pedagogia Social no mundo descobre Paulo Freire que, sem pensar nessa terminologia, concretiza suas principais reflexões a partir de suas práticas e conceitos sobre a educação das classes em vulnerabilidade social em todo o país.

Por essa razão a Pedagogia Social no Brasil, ganha uma grande conotação de Educação Popular, que se expressará pela ação dos educadores seguidores dos conceitos cunhados nas experiências socioeducativas de Paulo Freire e seus primeiros seguidores. Essa realidade continua até os dias atuais e promove a educação popular como um dos campos mais férteis da produção de educação social no país.

A partir de Freire (2011) a educação passa ter uma preocupação específica: a relação com o outro oprimido pelo sistema de desigualdade promovido pelo capital. O princípio desse trabalho educativo estará enraizado, para esse educador popular, no olhar posto nas classes populares e nas suas demandas econômicas promotoras de sua situação de vulnerabilidade. O próprio Freire (2011, p.55) nos alerta que,

há uma pluralidade nas relações do homem com o mundo, na medida em que responde à ampla variedade dos seus desafios. Em que não se esgota num tipo padronizado de resposta. A sua pluralidade não é só em face dos diferentes desafios que partem do seu contexto, mas em face de um mesmo desafio.

O foco do reconhecimento da existência de relações sociais diferenciadas deve ser promovido diante da realidade vivida pelas camadas empobrecidas. O sistema escolar, da forma que está disposto, não consegue oferecer esse benefício educativo, pois não é do interesse do poder público e das políticas educacionais, uma reflexão sistemática sobre a educação popular e social no Brasil dentro do seu contexto educacional formal.

É por essa razão que a experiência e as reflexões de Paulo Freire (2011) passam a ser uma das principais áreas de estudo da Pedagogia Social no Brasil, sem que o próprio autor – ou qualquer outro – atribuisse para si ou para sua teoria essa designação. Na verdade, é sobre esse alicerce que está em construção o campo teórico da Pedagogia Social no Brasil.

No final do século XX, alguns teóricos da educação buscam sistematizar o campo teórico da Pedagogia Social no país a partir de três pontos básico: o envolvimento da educação com as demandas da realidade social brasileira; os estudos dos clássicos da Pedagogia Social organizados em outros países; e as experiências e reflexões existentes de Paulo Freire e de seus seguidores. Porém, esse trabalho não é realizado sem causar discussões e distensões entre os diversos teóricos da pedagogia no contexto brasileiro que acreditam ser desnecessária uma terminologia específica como é dado pelo termo 'Pedagogia Social'. Essa argumentação parte do princípio que a reflexão sobre o social é algo comum a toda a prática pedagógica no país, assim como do currículo oficial da formação do curso de Pedagogia no país.

A Pedagogia Social feita no Brasil busca se constituir como base de atuação do educador social, valorizando especificamente as novas formas de ser e estar "educando" fora dos modelos impostos pela sociedade através dos cursos de formação docente no Brasil. O trabalho dos teóricos dessa área de conhecimento é sistematizar as práticas socioeducativas que priorizam a educação realizada no encontro com o outro e na possibilidade de todos aprenderem simultaneamente pela troca e pela convivência sociopedagógica.

A defesa desse campo teórico é que os conteúdos institucionalizados nesse país não sejam impostos pelos grupos que detêm o poder político e econômico, mas que nasçam da realidade concreta vivida pelos grupos atendidos socioeducacionalmente. Além disso, esses conteúdos devem ter a

mesma relevância – ou mais – que os conteúdos curriculares e o sentido na vida sentida dos diferentes grupos sociais, de maneira especial, àqueles privados de oportunidades educacionais que promovam transformação, liberdade e emancipação do ser humano.

Como Silva (2011, p.169) resume a luta pela organização do campo teórico da Pedagogia Social como Teoria da Educação Social no Brasil,

“A institucionalização da Pedagogia Social no Brasil, como área de formação do educador social, educador comunitário, educador popular ou outra denominação que se queira usar, deve ter em vista sua formação pedagógica e o compromisso com a regulamentação de sua atividade como profissão, com vistas à superação da falta de identidade profissional, da precariedade das condições de trabalho e da insegurança jurídica em que milhares de homens e mulheres são obrigados a trabalhar enquanto profissionais da educação com os diversos grupos da sociedade brasileira.”

Enfim, independentemente do foco que o profissional da educação dê ao realizar a sua prática pedagógica fora do sistema formal de educação (seja social, popular, comunitária, medidas socioeducativas, sociocomunitária, arte educação, sociocultural, entre tantas outras), a organização sistemática de um campo teórico que traga à luz os contornos de sua realidade socioeducativa possui a capacidade de promover a formação básica para esse profissional da educação no país.

O desenvolvimento da Pedagogia Social no Brasil promove o reconhecimento na sociedade brasileira, tanto das práticas educativas não escolares (não formais e informais) como parte fundamental da formação e desenvolvimento do indivíduo enquanto ser humano e cidadão. Da mesma forma, o crescimento desse campo teórico específico valoriza as práticas socioeducativas realizadas pelas instituições sociais e/ou iniciativas da sociedade civil. A identidade profissional do educador social também é contemplada na medida em que busca garantir os direitos e deveres mínimos dessa classe social da educação no contexto social brasileiro (cf. FERREIRA, 2016).

A convivência como espaço de desenvolvimento da Pedagogia Social Brasileira.

A partir daquilo que já foi percorrido até o presente momento, faz sentido abandonarmos o questionamento inicial desse artigo sobre a redundância ou

não do termo social conjugado ao conceito de Pedagogia. Minimamente, os conceitos levantados nessa discussão nos fazem entender as motivações para a existência dessa teoria e a importância do seu desenvolvimento no campo educacional brasileiro.

Dessa forma abre-se, na metade de nossa discussão, a possibilidade de articularmos as reflexões da pedagogia social brasileira com o desenvolvimento da pedagogia social em outros espaços socioeducativos em outras partes do mundo. Esse é o caso da Pedagogia da Convivência do educador social e teórico da Pedagogia Social catalã Xésus Jares.

A Pedagogia da Convivência é uma reflexão específica da Pedagogia Social sobre o reconhecimento da importância das relações sociais originadas pelos indivíduos nos grupos sociais como potencializadoras de processos de ensino-aprendizagem social. Desse modo, os valores organizados pelos Direitos Humanos passam a impactar os indivíduos de forma a organizar espaços socioeducativos de transformação significativos para os educadores e educandos em um tempo-espaço histórico singular.

Esse conceito tem o seu desenvolvimento a partir das reflexões e das práticas socioeducativas desenvolvidas por Xésus Jares (2008), educador social catalão que, tendo como base uma experiência concreta de educação social construída no espaço escolar, buscou organizar reflexões sobre práticas socioeducativas com as características anteriormente citadas. Os relatos dos benefícios desse trabalho pedagógico no atendimento das demandas educacionais e sociais dos grupos juvenis da Catalunha foram sistematizados em um conjunto de fundamentos que organizam essa pedagogia.

A Pedagogia da Convivência se oferece como um conjunto de ações básicas a serem levadas em consideração pelo educador social na organização de seu trabalho pedagógico junto aos grupos socialmente vulneráveis. Esses elementos podem ser representados no quadro abaixo.

Quadro 1:
Elementos da Pedagogia da Convivência que organizam o trabalho pedagógico do educador social.

| Elementos da Pedagogia da Convivência na Organização do Trabalho Sociopedagógico | |
|---|--|
| 1. Respeito | Supõe a reciprocidade no trato e no reconhecimento de cada pessoa. |
| 2. Diálogo | O diálogo é também um fator essencial para dar e melhorar a qualidade de vida das relações humanas. |
| 3. Solidariedade | Qualidade que nos leva a partilhar os diferentes aspectos da vida, não somente materiais, mas também os sentimentos. |
| 4. Não violência | A violência é uma forma de encarar os conflitos mas não de resolvê-los. princípio fundamental o respeito à vida dos demais, a vivência dos direitos humanos, os princípios democráticos de convivência e a prática das estratégias não-violentas de resolução de conflitos |
| 5. Laicismo | Representa a garantia da liberdade de consciência e da igualdade jurídica de todos os cidadãos |
| 6. Dinâmica da Cultura | A cultura é um processo dinâmico ligado às próprias condições de vida das pessoas e, como tal, incide na vida destas e vice-versa. |
| 7. Ternura | A afetividade é necessidade fundamental de todos os seres humanos. É a necessidade que nos torna humanos, indispensável à construção equilibrada da personalidade. |
| 8. Perdão | Perdão não significa impunidade, a condição do perdão para quem o solicita é o reconhecimento da falta, o arrependimento e o compromisso de que não voltará a cometer a mesma ação. |
| 9. Diversidade | Conviver significa conjugar a relação igualdade e diferença. Em todo o caso, a diferença ou diversidade é parte da vida e pode ser um fator de conflituosidade |
| 10. Bem Estar: Felicidade/Esperança | A felicidade é a capacidade de encantar-se, de ter entusiasmo pela vida. A esperança está ligada ao otimismo e, neste sentido, facilita a convivência positiva, com efeito benéfico para a auto estima, individual e coletiva, e funciona como um antídoto frente à passividade e o conformismo diante dos desafios sociais. |

Fonte:

Organizado pelo autor (2017) segundo o livro "Pedagogia da Convivência" de Xésus Jares (2008, p. 32-48)

Os elementos apontados pelo autor caracterizam toda a ação e a postura do educador social em sua prática socioeducativa. De fato, o educador social deverá não somente organizar as práticas pedagógicas entre os grupos levando em consideração esses elementos, mas ele mesmo deve acreditar e viver cada um deles em sua realidade operacional. Nesse caso, o discurso e a prática deverão estar lado a lado. Ou seja, será inútil organizar as ações educativas a partir dos conceitos expostos se o educador não fizer desses conceitos a sua prática cotidiana de educação social.

O respeito, o diálogo, a solidariedade, a não violência, o laicismo, a valorização de todas as culturas, a ternura, o perdão, a vivência com a diversidade e a promoção do bem estar devem ser trabalhado entre os educadores sociais não como conceitos, mas como uma opção de 'ser-estar'

no campo socioeducativo. Conforme desenvolvido pela Pedagogia da Convivência, esses elementos são parte da postura de um educador que se propõe a trabalhar com um grupo social. O exercício da vivência desses conceitos parte do educador desde a sua aproximação com os grupos socialmente vulneráveis, atravessa as relações construídas entre esses indivíduos e permanece tanto na organização das atividades como no desenvolvimento das mesmas.

Os educadores sociais que assumirem a pedagogia da Convivência como fundamento de sua prática socioeducacional se compromete como uma postura específica diante do campo de aprendizagem social não escolar. A vivência dos fundamentos da Pedagogia Social são os que norteiam toda a sua prática e ajudam tanto na organização quanto na avaliação de seu trabalho. Uma vez que os conteúdos e as discussões surgem de acordo com as necessidades dos grupos sociais e, por isso, são variáveis, a utilização desses fundamentos postos por Jares (2008) trazem certa segurança frente às instabilidades vivida por esse educador.

À medida que o educador social avança na vivência desses conceitos, aumenta a possibilidade em estreitar os laços com os indivíduos em situação de vulnerabilidade, abrindo espaço para um relacionamento que promova a afetividade e a parceria necessária para que se inicie um trabalho de promoção do desenvolvimento humano dos grupos empobrecidos.

Porém, a proposta de uma pedagogia da Convivência como prática da Pedagogia Social não se encerra na reflexão sistemática dos fundamentos citados acima. Segundo a prática socioeducativa refletida por Jares (2008), existem outras duas preocupações básicas levantadas pelo mesmo autor: os conteúdos das atividades propostas pelos educadores sociais e a construção dos valores intrínsecos da cidadania, como um dos principais resultados da Pedagogia da Convivência.

Para Jares (2008, p.29) é a partir da realidade do educador social em seu contexto pedagógico específico que surgem os conteúdos a serem trabalhados no campo socioeducativo.

A convivência faz referência a conteúdos de naturezas bem distintas: morais, éticas, ideológicas, sociais, políticas, culturais e educativas. Conteúdos que podem ser agrupados em três grandes categorias: Conteúdos de natureza humana: direito à vida e ao desejo de viver, à

dignidade, à felicidade, à esperança; Conteúdos de relação: ternura, respeito, não violência, aceitação da diversidade e rejeição a qualquer forma de discriminação, solidariedade, igualdade; Conteúdos de cidadania: justiça social e desenvolvimento, laicismo, Estado de direito, direitos humanos.

Ao utilizarmos as três categorias propostas por Jares (2008) sobre a Pedagogia da Convivência (Conteúdos da natureza humana, conteúdos de relação e conteúdos de cidadania) encontramos uma proposta para o desenvolvimento de práticas educativas que possam escutar as demandas dos alunos envolvidos em atividades socioeducativas no interior de nossas ações como educadores sociais (oficinas, atividades extracurriculares, entre outros).

As preocupações da Pedagogia da Convivência pelos conteúdos da natureza humana das relações e a da cidadania visam trabalhar o sujeito de forma integral, levando em consideração seus múltiplos aspectos de desenvolvimento humano na sociedade contemporânea. Uma vez que a formação inicial docente não irá contemplar muitas demandas trazidas pelos grupos sociais, as parcerias da escola com outros espaços sociais se farão vitais para a manutenção de uma educação integral do ser humano. E para a realização dessa educação integral do ser humano, o trabalho em rede é fundamental para a educação social.

Não é possível organizar um trabalho sociopedagógico se não pensarmos em uma ação em rede com outros sujeitos sociais. A educação social deve sempre pensar sua prática em relação a um 'outro-social': escolas; secretarias de educação, desenvolvimento social e saúde; Conselhos tutelares; sociedade civil organizada; empresas e outros espaços de trabalho qualificado; entre outros. Na construção de um trabalho pedagógico em rede, a convivência nos seus três aspectos (natureza humana, relacional e cidadania) se faz fundamental, pois, a partir dessas bases, podemos atuar de forma eficaz valorizando as culturas e as lógicas dos grupos de indivíduos que convivem em espaços sociais comum tentando resolver os seus déficits sociais e econômicos.

Outro elemento basilar da Pedagogia da Convivência é um trabalho sistemático com os Direitos Humanos. Para o educador social que estrutura sua ação sociopedagógica a partir da pedagogia da convivência essa temática

ganha uma relevância primordial nas relações estabelecidas nos grupos de atuação e nas práticas socioeducativas.

O educador social deve partir da premissa que, ao trabalhar sempre esses valores postos pelos Direitos Humanos se garantirá, na sociedade contemporânea, um espaço de diálogo entre as especificidades dos grupos sociais minoritários potencializando os indivíduos e seus grupos de pertença, na luta pela justiça e solidariedade social.

Toda convivência é regida por um marco regulador de normas e valores, tanto no âmbito micro da família e entorno imediato ao indivíduo quanto no conjunto dos diferentes contextos sociais nos quais vivemos. Para todos estes âmbitos propomos partir do conjunto dos direitos e deveres integrados na Declaração dos Direitos Humanos. Por quê? Por que os direitos humanos significam o pacto mais sólido para uma convivência democrática, além de representar o consenso mais abrangente jamais conseguido na história da humanidade sobre valores, direitos e deveres para uma comunidade (JARES, 2008, p.39).

Para aquele que busca organizar a sua prática socioeducativa a partir da Pedagogia da Convivência, os direitos humanos passam a ser o novo código de valores a serem trabalhados pelo sistema socioeducativo. É a tentativa do educador social focar no 'ser humano' como sujeito universal buscando uma maior equidade nas relações estabelecidas entre os grupos sociais em seu tempo histórico.

Essa consideração de universalidade não tentar 'igualar' ou uniformizar os indivíduos e seus grupos. As pessoas possuem as suas peculiaridades assim como suas diversas formas de viver a mesma cultura. Porém, os valores postos pelos Direitos Humanos ressaltam o exercício social da convivência nas diferenças, trazendo à luz a necessidade de também olharmos o espaço social como a possibilidade do 'devir' do ser humano. Esse é o exercício da 'poiesis', ou seja, o ato criativo o qual fomos chamados pela nossa própria natureza humana de nos modificar e de modificarmos o nosso entorno.

O exercício contínuo da vivência dos direitos humanos nos possibilita a flexibilização do nosso juízo de valor diante das realidades que vivemos. Ao mesmo tempo em que aguça o nosso juízo de realidade para estabelecermos a solidariedade necessária em todas as nossas atividades no mundo. Essa mudança de paradigma nos ajuda a reconhecer no outro a beleza dos seus valores e a viabilidade de uma convivência os atritos são sustentáveis.

A educação social passa a ser o espaço da promoção de uma convivência para além da tolerância e respeito, pois o outro não significará uma ameaça para a minha identidade enquanto ser social. Uma educação na qual os direitos humanos serão o 'fiador' desse processo socioeducacional que nos habilite a conviver no mesmo espaço físico, cultural e afetivo e, assim, entendermos que a convivência nos faz sermos responsáveis uns pelos outros através da solidariedade.

Juntos aos direitos não podemos esquecer que toda a convivência sempre implica deveres para com os demais, aspecto que às vezes se descuida. O cumprimento dos direitos é acompanhado de limitações e deveres para que possam ser exercidos. O sentido do dever para com os membros da família, da comunidade educacional, do país, bem como em relação aos valores da justiça, liberdade, paz, é um sentido necessário que devemos inculcar desde crianças. Os deveres são a outra face dos direitos humanos, uns e outros estão indissoluvelmente unidos (Jares, 2008, p. 31).

De fato, a relação entre a pedagogia da Convivência e os Direitos Humanos tem uma importância no desenvolvimento do trabalho socioeducativo no Brasil uma vez que os valores postos por essa teoria são ressaltados pela legislação brasileira. Na sua totalidade, os princípios presentes nos direitos humanos são valores reconhecidos e garantidos nos diversos espaços da sociedade brasileira. (Cf. Constituição Federal de 1988; Estatuto da Criança e Adolescente – Lei 8069/1990; Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9394/1996; Estatuto do Idoso – Lei 10741/2003; Estatuto da Pessoa com deficiência – Lei 13146/2015, entre outros dispositivos de lei no país). E, de fato, muitas de nossas atuações como educadores sociais se baseiam – ou são estabelecidas – nos limites impostos por esse conjunto de leis regulamentadoras da ação social em que a educação é convidada a participar.

O quadro a seguir resume os principais elementos da Pedagogia da Convivência como prática de educação social.

Quadro 2:

Resumo dos principais elementos da Pedagogia da Convivência como possibilidade de educação social.

| Pedagogia da Convivência como fundamento da educação social | | | | |
|--|--------------------------------|---|-------------------|---|
| 1. Natureza dos conteúdos promotores de libertação e emancipação tendo a convivência como premissa da educação social. | | | | |
| <i>Conteúdos de Natureza Humana</i> | | <i>Conteúdos de Relação Social</i> | | <i>Conteúdos de Cidadania</i> |
| Direito à vida e ao desejo de viver, à dignidade, à felicidade e à esperança e ao desenvolvimento biopsicossocial. | | Ternura, respeito, não violência, aceitação da diversidade e rejeição a qualquer forma de discriminação, solidariedade e igualdade. | | Justiça social, desenvolvimento social, Laicismo, Estado de direito e Direitos Humanos. |
| 2. Os direitos humanos como princípio da reflexões da educação social: indissolubilidade dos limites e deveres para o exercício dos direitos humanos. | | | | Valores morais, éticos, ideológicos, sociais, políticos, culturais e educativos. |
| 3. Organização do trabalho sociopedagógico envolvendo os seguintes elementos fortalecedores de convivência social. | | | | |
| Respeito Diálogo | Solidariedade Não violência | Laicismo Cultura Mestiça | Ternura Perdão | Diversidade Bem Estar |

Fonte: Organizado pelo autor (2017).

Assim sendo, ao expormos a reflexão proposta pela Pedagogia da Convivência sobre a prática socioeducativa, buscamos subsídios para que os educadores sociais se sintam confortáveis para iniciarem suas próprias reflexões. Ao aplicarem alguns dos conceitos propostos por Jares (2008), os educadores abrem caminhos para práticas criativas e novas estratégias de ação educativas junto às necessidades dos sujeitos empobrecidos. A Pedagogia da Convivência é uma reflexão possível sobre a educação social e suas articulações com as realidades socioeducacionais brasileiras se transformam em parâmetros importantes para os educadores sociais em formação e em serviço.

Sem a intenção de concluir.

Se começamos a nossa reflexão com um questionamento, chegamos até aqui com uma afirmação bem diferente da pergunta formulada. O termo

'Pedagogia Social' não deve ser pensado, nem como um questionamento feito a Pedagogia reconhecida pelas universidades, nem como uma afirmação de práticas educativas em ambientes sociais. A Pedagogia social é um campo teórico em questionamento por si só, ou seja, uma indagação constante sobre o quanto as nossas práticas pedagógicas atendem verdadeiramente o 'social' demandado pelos grupos em vulnerabilidade social.

Ao fazermos um breve histórico da Pedagogia Social desde o final do século XIX na Europa, chegando a realidade e aos autores latinoamericanos do Século XX, como Paulo Freire, a Pedagogia Social no Brasil vai se constituindo como um campo de reflexão vital para a formação e a identidade do educador social. A pedagogia social se transforma no começo da reflexão sobre a importância dos fundamentos da educação para o trabalho social da educação. E como os profissionais da educação poderão organizar esses elementos para um trabalho sociopedagógico que seja e faça sentido para os dois sujeitos das práticas educativas (cf. FERREIRA, 2012)

Por isso, a pedagogia da convivência é uma das possibilidades de organização das práticas socioeducativas construídas nos espaços não escolares da sociedade fluminense.

A valorização do ambiente educacional como espaço de convivência onde se articulam conhecimentos produzidos pelos sujeitos vulneráveis, pelos seus grupos de pertença e outros saberes intrínsecos das relações sociais da cultura grupal são focos de reflexão e de sistematização das práticas dos educadores sociais. Assim sendo, três grandes pontos são levantados por essa teoria: os conteúdos da prática sociopedagógica, os direitos humanos como princípio norteador das reflexões da educação social e os fundamentos a serem desenvolvidos pelos profissionais da educação social.

A pedagogia da convivência como uma forma de 'ser-estar' da pedagogia social nas realidades socioeducacionais brasileiras se transforma realmente no desafio do educador social em sua prática cotidiana. A organização do trabalho sociopedagógico a partir dessa pedagogia e a reflexão dos resultados desses trabalhos são o grande desafio do educador social. A formação inicial e/ou em serviço desse profissional não dará conta disso. Apenas a construção do saber no tempo-espaço social e as marcas deixadas

em suas histórias profissionais e pessoais produzirão a libertação, transformação e emancipação característica de uma prática sociopedagógica.

Toda a pedagogia é social? Acho que deveríamos parar com esse questionamento para nos dedicarmos a convivência social que a pedagogia pode promover como realidade a ser experimentada pelos educadores sociais no país. Essa deve ser a nossa prática afirmativa como profissionais da educação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: SEEP, 1998.

_____. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

_____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Lei nº 10741, de 01 de outubro de 2015. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 jul. 1990.

_____. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 09 jul. 2015.

FERREIRA, Arthur Vianna. A construção do Educador Social no Ensino Superior Brasileiro: novas possibilidades de formação? In: **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, v. 2, n. 4, p. 70-79, out./dez. 2016.

_____. **Representações sociais e identidade profissional: elementos das práticas educacionais com os pobres**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

FITCHNER, Bernd. Pedagogia Social e Trabalho Social na Alemanha. In: SILVA, Roberto; SOUZA, João Clemente; MOURA, Rogério. **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e arte Editora, 2009. p. 43-50.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

JARES, Xésus. **Pedagogia da Convivência**. São Paulo: Palas Athenas, 2008.

MOURA, Rogério. Pedagogia Social: o conceito, o legado alemão e os desafios para sua reconstrução na América Latina do Século XXI. In: Silva, Roberto et al. **Pedagogia Social: Contribuições para uma Teoria Geral da Educação Social**. São Paulo: Expressão e Arte, 2011. p.191-206.

OTTO, Hans Uwe. Origens da Pedagogia Social. In: SILVA, Roberto; SOUZA, João Clemente; MOURA, Rogério. **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e arte Editora, 2009. p.29-41.

SILVA, Roberto. As bases científicas da educação não formal. In:_____; SOUZA, João Clemente; MOURA, Rogério. **Pedagogia Social**. São Paulo: Expressão e arte Editora, 2009. p. 179-194.

_____. Visões e Concepções necessárias a uma Teoria Geral da Educação Social. In: Silva, Roberto et al. **Pedagogia Social: Contribuições para uma Teoria Geral da Educação Social**. São Paulo: Expressão e Arte, 2011. p.166-189.